



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADE**

BININBA DJATA

**A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA GUINEENSE PÓS-ABERTURA
DEMOCRÁTICA (1994 - 2014)**

REDENÇÃO

2018

BININBA DJATA

**A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA GUINEENSE PÓS-ABERTURA
DEMOCRÁTICA (1994 -(2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

REDENÇÃO

2018

BININBA DJATA

**A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA GUINEENSE PÓS-ABERTURA
DEMOCRÁTICA (1994 -2014)**

Aprovado em 10 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador e Presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Examinadora: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Examinadora Externa: Profa. Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| AMAE | Associação de Mulheres das Atividades Econômicas |
| ANP | Assembleia Nacional Popular |
| CEAMC | Comissão Especializada da Assembleia para a Mulher e Criança |
| CEDAW | Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher |
| FCV | Fórum Cívico Guineense da Social Democrática |
| LGDH | Liga Guineense dos Direitos Humanos |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSCs | Organizações da Sociedade Civil |
| PAIGC | Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde |
| PPM | Plataforma Política das Mulheres |
| RDMIGD | Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero e Desenvolvimento |
| RENLUV | Rede Nacional de Luta Contra a Violência no Gênero e na Criança |
| UEMOA | União Econômica e Monetária do Oeste Africano |
| UE-PAANE | Programa de Apoio aos Atores Não Estatais - União Europeia |
| UNILAB | Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira |
| UNIOGBIS | Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz em Guiné-Bissau |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 APRESENTAÇÃO | 6 |
| 2 JUSTIFICATIVA | 8 |
| 3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA | 10 |
| 4 HIPÓTESES | 13 |
| 5 OBJETIVOS | 14 |
| 5.1 OBJETIVOS GERAL | 14 |
| 5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 14 |
| 6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 15 |
| 6.1 UMA ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL DO CONCEITO DE GÊNERO | 15 |
| 6.1.1 Discutindo Gênero na Guiné-Bissau: o que significa ser uma mulher no contexto guineense? | 16 |
| 6.2 MULHER COMO SUJEITO SUBARVERNIZADO DA POLÍTICA GUINEENSE..... | 20 |
| 6.3 CONTRIBUTOS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO DA EMPODERAMENTO DAS MULHERES NA GUINÉ-BISSAU | 24 |
| 7 METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO | 28 |
| REFERÊNCIAS | 30 |

1 APRESENTAÇÃO

Diante das desigualdades socioeconômicas e políticas entre os sexos, o presente trabalho procura analisar as desigualdades de gênero na política da Guiné-Bissau após a Abertura Democrática (1994-2014), período da primeira e das últimas eleições gerais. Antes de entrar na discussão sobre o tema acima citado, é preciso fazer uma pequena contextualização histórica sobre Guiné-Bissau, com o propósito de situar o leitor sobre o país a ser pesquisado.

Guiné-Bissau é um país com grande diversidade étnica e cultural. Entretanto, cada etnia e cultura têm suas especificidades. O país situa-se na costa Ocidental da África, limitado pelas duas repúblicas: ao Norte, faz fronteira com o Senegal e, a Leste e ao Sul, com Guiné-Conacri. Apresenta uma superfície terrestre de 36.125 km².

De acordo com Cande Monteiro (2011), o país é formado por mais de quarenta ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós, separado do continente pelos canais de Geba, Bolama e Canhabaque, além dos territórios continentais, que compreendem em oito regiões, mais setor autônomo (Capital: Bissau). Geralmente, possui um clima quente e úmido. Trata-se de um clima favorável para a prática de agricultura e a pesca, que se constituem nas principais fontes de subsistência para a população.

Amílcar Cabral¹ e outros parceiros fundaram o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Em 1963:

deu-se início a luta entre os guerrilheiros do PAIGC e os militares coloniais portugueses, a qual findou com a conquista do PAIGC em 24 de setembro de 1973 numa proclamação da independência, nas matas de Madina de Boé, situada no leste da Guiné-Bissau. (SUCUMA, 2012, p. 132)

No entanto, Portugal reconheceu oficialmente a independência somente em 1974, um ano depois de o país a ter proclamado unilateralmente, sendo o primeiro da colônia portuguesa em África a obter esse efeito.

No contexto político, o Estado da Guiné-Bissau aderiu ao semipresidencialismo. Sobre esse assunto, Sucuma (2012) ressalta que, nesse sistema, o Presidente da República e o primeiro Ministro são eleitos pelo sufrágio universal e possuem poderes próprios, mas, em caso de grande crise política, o presidente, pela legitimidade, pode demitir o primeiro ministro

¹ Amílcar Cabral, nome completo Amílcar Lopes Cabral, nasceu em Guiné-Bissau no dia 12 de setembro de 1924 na cidade de Báfata.

e dissolver o parlamento. Ainda, os poderes estão divididos em três partes: Judiciário, Legislativo e Executivo.

Com a aplicação dessa forma de governo, as mulheres foram, em muitas circunstâncias, afastadas da política administrativa. O problema se justifica pela desigualdade entre os gêneros, que, ao longo dos anos, deixa a mulher em camada inferior em relação ao homem. De acordo com Noremborg e Antonello (2016), a mulher nada mais é do que um símbolo de sensibilidade e delicadeza, considerada como a rainha do lar, aquela que acatava as decisões do senhorio – a mãe extremosa, a esposa dedicada.

Os autores ainda afirmam que:

Então, no momento em que as políticas públicas estão sendo implantadas em favor da desigualdade de gênero e raça, proporcionam a condição de a mulher desenvolver o seu papel na sociedade com mais confiança. Desse modo, ela estará podendo usufruir os mesmos direitos, tanto civis como políticos, o que pode ocasionar abertura de espaço para ela desenvolver seus direitos de cidadã numa sociedade repressiva. (NOREMBERG; ANTONELLO, 2016, p. 7)

Nesse sentido, seria de suma importância a implementação de leis de cotas e políticas públicas que visen contribuir para que haja uma igualdade e equidade de gênero, visto que a mulher, por mais que queira se instruir, ainda passa pelas múltiplas barreiras.

Outro ponto que vale a pena salientar é que as mulheres sofrem com o desemprego, falta de acesso à educação e, ainda, outros fatores precários. Além de tudo isso, muitas delas são violentadas, vítimas de abuso sexual e desrespeitadas.

2 JUSTIFICATIVA

O meu interesse pelo tema parte da necessidade de compreender as dialéticas sociais da exclusão das mulheres nos diversos aspectos do processo decisório no âmbito político/social na Guiné-Bissau. Alguns dados estatísticos comprovam que as mulheres compõem a maioria da população do país, mesmo assim, ainda são subalternizadas, como podemos constatar no documento de UNIOGBIS² sobre a violência contra mulher na Guiné-Bissau:

Apesar de as mulheres representarem quase 52% da população guineense continuam a sofrer discriminação. A paridade entre meninas e rapazes no sistema de ensino e educação é desigual, posto que a taxa de analfabetismo entre as meninas atinge 76% enquanto entre os rapazes, 48%. A discriminação é uma realidade na família, na escola e na sociedade. (UNIOGBIS, 2016)

Nota-se que as mulheres fazem parte dos grupos vulneráveis e apresentam o nível da escolarização mais baixo do que o dos homens. Além de exercerem trabalhos precários com rendimentos baixos, elas também acumulam o trabalho doméstico e produtivo.

Diante desse contexto, pretendemos, com o nosso projeto, compreender os principais problemas que estão por trás desse fenômeno através de um estudo empírico, proporcionando, assim, uma reflexão crítica e ideológica em torno da temática. Por outro lado, o projeto propõe-se a contribuir em termos teóricos para a discussão referente à igualdade e equidade entre os gêneros em todas as esferas do país, sejam elas políticas, sociais, culturais ou econômicas.

Este trabalho justifica-se em vários âmbitos por ser uma temática pouco discutida na sociedade africana e guineense, em particular, embora, nos últimos anos, várias organizações nacionais e internacionais tenham problematizado e discutido essa questão em toda parte da África. No âmbito acadêmico, servirá de suporte bibliográfico para as futuras produções acadêmicas ligadas a essa temática, servindo, assim, de elemento informativo e analítico viável para a produção de artigos, livros, ensaios e palestras sobre a desigualdade de gênero na Guiné-Bissau.

No âmbito social, este trabalho justifica-se por proporcionar reflexões e debates a respeito do assunto, dado que pouco se discute sobre tal problema. Diante disso, este trabalho visa essencialmente trazer à tona os silenciamentos existentes na sociedade guineense a respeito da desigualdade de gênero, tentando discuti-la e identificar as suas causalidades.

² Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

Nesse caso, a realização deste projeto possibilitará conhecer os impedimentos e novos prosseguimentos para o Estado, ONGs e várias instituições ligadas à discriminação e violência contra a mulher, contribuindo, assim, nos avanços para o desenvolvimento social e diminuição dessa prática, a fim de ter de uma sociedade qualificada, justa e mais democrática. Pretende contribuir, também, para o empoderamento das mulheres como sujeitos das suas próprias ações, como salienta Paulina Chiziane (2013, p. 5): “Se as próprias mulheres não gritam quando algo lhes dá amargura da forma como pensam e sentem, ninguém o fará da forma como elas desejam”.

3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA

O nosso estudo terá como foco central a desigualdade de gênero na política da Guiné-Bissau, ou seja, ensinamos entender como se dá a ascensão de forma desigual ao poder nesse país, especificamente no que se refere à questão de gênero, tendo como recorte o período de 1994, data na qual foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias, até as últimas eleições em 2014. A análise dessa desigualdade de gênero manifesta-se com análise dos problemas sociais, políticos e culturais que decorre no país, razão pela qual a discriminação em torno de gênero até agora é muito vigente. É importante enfatizar que a primeira parte do trabalho será realizada aqui no Brasil e as outras serão na Guiné-Bissau.

Guiné-Bissau é um país onde a desigualdade entre o homem e a mulher é muito visível no processo decisório. Desde o processo de abertura política e da democracia começado em 1991, com eleições gerais em 1994, nunca houve uma figura política feminina eleita para presidente da república, chefe de governo (primeiro ministro) e/ou presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP). Embora, nas primeiras eleições multipartidárias em 1994, registrou-se uma candidata feminina nas listas dos candidatos políticos a disputar o cargo de presidente da república, na pessoa de Antonieta Rosa Gomes³. Essa mulher é muito ativa na política, mas nunca teve sucesso nos cargos eletivos. Sendo assim, desde a origem do processo democrático na Guiné-Bissau, os governos, presidência e Assembleia Nacional foram chefiados apenas por homens.

De acordo com Almeida (2014, p. 28),

as mulheres têm uma pouca participação na política. No parlamento, verifica-se somente 10% de deputadas e, no poder executivo, a presença de mulher é de 18,7% no cargo de ministras em 2009, por outro lado, a secretarias de estado contam com 8,3%. Enquanto que, no poder judicial, a disparidade mantém-se, com 28% de juízas e 13% de delegadas do Ministério Público.

Ainda, a autora afirma que as mulheres são exclusivamente envolvidas na política, ou seja, nas campanhas políticas, apenas para votar nos políticos e contribuir com ideias.

Nesse sentido, vale a pena questionar: por que, desde abertura do regime democrático na Guiné-Bissau, que já conta com catorze governos, só foram eleitos homens? Será que as mulheres não são capazes/habilitadas para governar?

Então, diante do problema exposto acima, Barros e Semedo (2013, p. 43) mostraram que:

³ Antonieta Rosa Gomes – presidente do Fórum Cívico Guineense da Social Democrática (FCV-SD).

a 2ª Legislatura de 1999 foi a que teve a menor representação das mulheres guineenses no parlamento, porém entendia-se que foi influenciada pela Guerra Civil de 7 de junho de 1998⁴. Isso se deve à capacidade mobilizadora e financeira, acabando por aceitar os candidatos com mais economia financeira. Dessa forma, impulsionou um acréscimo do protagonismo masculino através da cultura de “matchundadi”⁵.

Por outro lado, podemos refletir e questionar quais os fatores estão por trás dessa baixa economia financeira da mulher. Será que é da vontade da própria das mulheres ou é o sistema que lhes conduzem a isso? Entendemos que, na educação tradicional, a mulher é ensinada a dominar os atributos domésticos e adquirir os valores essenciais para melhor servir o marido durante o casamento. Essa questão foi muito bem explicitada pela Chiziane (2013), quando reitera que as meninas aprendiam nas escolas a serem obedientes e submissas aos seus maridos, sendo preparadas para serem boas donas de casa.

Do mesmo modo, o relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (2013/2015) nos mostra que:

Na maioria dos países do mundo, as forças religiosas, tribais e tradicionais descrevem que as mulheres devem ocupar-se somente da esfera privada, a casa e a maternidade, e os que homens devem e são responsáveis pela ocupação da esfera pública onde podem controlar e formatar o cenário econômico, político e social de suas comunidades. (LGDH, 2013/2015, p. 54)

De fato, se as mulheres compõem a maioria da população do país, por que ainda as candidatas femininas continuam a enfrentar dificuldades e não conseguem ter apoio exponencial das outras mulheres no que diz respeito aos cargos políticos? E se fossem eleitas, será que vão optar para que a justiça de igualdade de gênero seja uma realidade? Como seria a construção de uma sociedade mais justa e equânime que respeite a diferença entre os gêneros? Parece que apesar da competência e da capacidade da mulher, é exigida dela uma certa postura, ou seja, para que ela seja considerada como líder deve abdicar dos estereótipos masculinos, já que é muito visível na Guiné-Bissau mulheres com essas características, denominadas por expressões como: “*i ta bisti nan saia, ma es i omi limpu*” (ela usa a saia, mas o que temos ali é um homem), dirigidas às mulheres que assumem chefias, lideranças ou direções de empresas, etc, “com rigor, disciplina e profissionalismo, que não compactuam

⁴ 7 de junho foi a data em que se desencadeou a Guerra Civil em Guiné-Bissau por um golpe de Estado contra o presidente João Bernardo Vieira, liderado pelo Ansumane Mané em junho de 1998-1999.

⁵ Matchundadi, linguagem no crioulo de Guiné-Bissau – dirigidos aos homens valentes, corajosos e que não temem a nada.

com os/as que não cumprem as regras básicas das organizações” (BARROS; SEMEDO, 2013, p. 51).

Vale a pena lembrar que o exercício da política é uma das práticas da cidadania, tanto homens quanto mulheres são sujeitos de direito. Dessa forma, restringir/discriminar a mulher no âmbito político significa distanciar as mulheres dos centros de decisões do poder.

Chiziane (2013) afirma que, ao longo dos anos, tiveram rainhas, imperatrizes, embaixadoras, ministras; mas a maioria dessas mulheres foi conduzida pela ostentação e egoísmo, pois elas nunca usaram o poder para melhoria das condições de vida dos seus povos e não fizeram nenhuma política a favor das mulheres. Também, ela mostra que são poucas mulheres que assumem o alto cargo público/privado que se preocupam com os problemas das outras mulheres.

4 HIPÓTESES

H¹ - A desigualdade de gênero na Guiné-Bissau se dá através do processo sociocultural que, muitas vezes, coloca a postura da mulher como o gênero inferior e que, naturalmente, nasceram para servir o homem, filhos e o lar;

H² - Verifica-se a fraca participação das mulheres na arena política da Guiné-Bissau e nos altos cargos administrativos, por falta de profissionalismo e educação de qualidade para a camada feminina;

H³ - Na Guiné-Bissau, a gravidez precoce e o casamento forçado são os principais obstáculos que limitam as meninas nas suas andanças estudantis, acabando por gerar desigualdades políticas e socioeconômicas.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVOS GERAL

Compreender o processo de desigualdade de gênero na política da Guiné-Bissau após a Abertura Democrática (1994 - 2014).

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os principais impasses que impedem a maioria das mulheres de chegar aos altos cargos políticos e administrativos do país;
- Entender a decisão tomada pela mulher: enquanto gestora na política partidária, governadora, dentro da Assembleia Nacional Popular, movimentos da sociedade civil, ativistas e ONGs;
- Analisar as decisões e os papéis desempenhados pelas mulheres dentro de diferentes lugares de poder, levando em conta a questão de gênero e direitos das mulheres nas suas programações governativas.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de analisar a nossa temática sobre desigualdade de gênero na política guineense após abertura política, procuramos trazer a discussão teórica para dar maior credibilidade aos temas que vamos abordar. No início, faremos uma abordagem conceitual sobre gênero, a fim de entender seus conceitos no contexto histórico e como estão incorporados no nosso cotidiano. Discutiremos, igualmente, o conceito de gênero na Guiné-Bissau. Mostraremos o que se espera duma mulher na sociedade guineense e como elas são encaradas. Abordaremos, também, a pouca representação da mulher na vida política nesse país e, por fim, abordaremos as contribuições das organizações não governamentais (ONGs) no processo do empoderamento das mulheres guineenses.

6.1 UMA ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL DO CONCEITO DE GÊNERO

Joan Scott (1985) afirma que a designação do termo “gênero” parece ter aparecido com as feministas americanas que pretendiam dar certa peculiaridade social, baseadas nas distinções de sexo, enfatizando que a palavra determinava uma rejeição ao determinismo biológico oculto no uso de termos “sexo” ou “diferença sexual”. Também o “gênero” acentuava no aspecto relacionado à peculiaridade normativa de feminilidade. Esse termo procurava uma legitimação nos anos 80, na academia dos estudos feministas. Nas palavras de Scott (1985, p. 7):

[...] este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo [...]. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres [...].

A assertiva exposta acima leva-nos a entender que o sexo é um algo biológico enquanto o gênero é social. Sendo social, ele descreve aquilo que deve ser, não aquilo que você realmente é. Essas ideologias são construídas nas diferentes sociedades de acordo com suas culturas e são passíveis de mudanças.

Na opinião de Duarte (2012), o gênero possui duplo sentido epistemologicamente. O primeiro funciona como a camada da descrição da realidade social, dando, assim, outra forma

de ver as mulheres, contextualizando diversas formas de discriminação e opressão, tanto simbólicas como materiais, já o segundo, como categoria analítica: esquema de leitura dos fenômenos sociais. O gênero como diferenciação sexual da organização social determina significados para as diferenças corporais. Entretanto, os significados mudam de acordo com contexto social e variam de acordo com as culturas, contendo valores desiguais.

Unmubig (2007) afirma que, com a socialização da política para as mulheres nos anos 1980, passaram a existir leis, regulamentos, resoluções das Nações Unidas, políticas supranacionais e nacionais, em maior parte dos países com a finalidade de conceber a igualdade entre os gêneros. Dessa forma, as mulheres de todo mundo vêm conquistando espaço em termos econômicos, políticos e nas áreas educacional, pois fazem parte de 40% da população ativa no mundo. Há 30 anos, eram apenas a metade.

Esse documento ainda reitera que a Plataforma de Ação de Beijing da Conferência Mundial sobre Mulher em 1995⁶ é um marco internacional para as políticas de gênero, posto que, pela primeira vez, foi introduzida a categoria gênero no contexto da política internacional. Através dela, reconheceu-se que os papéis designados aos gêneros e às suas respectivas relações entre si estão incorporados em todas as esferas da vida, por isso são possíveis de mudanças (UNMUBİG, 2007).

6.1.1 Discutindo Gênero na Guiné-Bissau: o que significa ser uma mulher no contexto guineense?

Ao longo dos anos, o homem adquiria características que lhes dava superioridade em relação à mulher na Guiné-Bissau. Os homens, na sua maioria, são proprietários de casas, chefes da família e funcionários públicos, enquanto as mulheres se limitam a cuidar dos filhos, da casa e, muitas vezes, são submissas aos seus maridos. Assim, ao longo dos processos históricos, muitas mulheres acabaram por aceitar os lugares de inferioridade em que são concebidas. Contudo, a história narra que esse padrão sofreu algumas roturas com o decorrer dos tempos. Ainda hoje, muitas sociedades do mundo mantêm essas percepções, ao que, atualmente, se chama de “machismo”, uma das principais barreiras enfrentadas pelas mulheres para terem acesso ao poder decisório em todos os âmbitos, principalmente na Guiné-Bissau, que não é diferente das outras partes do mundo, como podemos ver na observação de Chiziane (2013, p. 199):

⁶ Foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, organizado pelas Nações Unidas entre 4 de setembro e 15 de setembro de 1995 em Pequim, China.

Os problemas da mulher tiveram início com o princípio da vida, na base de diversas mitologias sobre a criação do mundo. [...] foi o homem que surgiu primeiro, auferindo, assim, uma posição hierarquicamente superior, que lhe permite ser governador dos destinos da mulher. Isso significa que a difícil situação da mulher foi criada por Deus e aceita pelos homens no princípio do mundo.

Por isso, “a questão feminina não pode ser isolada dos outros problemas, uma vez que as mulheres não podem ser separadas do resto da sociedade. Esta tem que entender que cada problema que afeta a mulher também a afeta” (AMARAL, 2003, p. 170).

A luta pela emancipação feminina discute a forma de dominação masculina em todos os aspectos globais. A maior parte dessa transformação foi verificada na classe média e alta, nas quais as mulheres avançam em suas conquistas, abrindo espaço para o emprego nas grandes instituições públicas e privadas. A luta das mulheres fundamentava-se nos esforços de combate à violência, preconceito, discriminação, estereótipos que ganha cada vez mais estão presentes na sociedade (UE-PAANE, 2015). Ainda o documento aponta que o movimento feminista para emancipação da mulher teve a sua gênese no ocidente na década 60 e 70, quando as primeiras reivindicações contestaram a ordem tradicional que excluía a mulher do mundo público. Atualmente, a emancipação feminina tornou-se uma iminência crucial para a mulher em todas as esferas sociais no mundo. Na acepção de Carneiro (2003, p. 119):

Ao problematizar as desigualdades de gênero, o feminismo se converte as mulheres em novos sujeitos políticos. Essas condições lhe dão visões novas capazes de assumir a partir dos lugares onde se encontram uma condição de desprender dos fenômenos implícitos na luta de cada grupo.

O gênero, segundo Almeida (2014), é uma construção metodológica criada ao longo dos tempos e, socialmente, dita regras antagônicas para mulheres e homens. Para as mulheres, as sociedades ditam os modelos ligados à reprodução do âmbito doméstico, descartando-as, dessa forma, do espaço público. Essa lógica de gênero é predominante na Guiné-Bissau, onde existem normas e tarefas determinadas para homens e mulheres.

O documento do Programa de Apoio aos Atores Não Estatais - União Europeia (UE-PAANE, 2015) exemplifica de uma forma explícita as questões de gênero na Guiné-Bissau, em que, desde a infância, as meninas e os meninos aprendem que a sociedade espera que eles/as se comportassem diferentemente e cumpram certos papéis de gênero. Ainda as meninas e os meninos aprendem a pensar que os papéis designados pelos homens ou mulheres são mais elitistas: muitas vezes, estes conceitos criam impactos negativos durante o percurso da vida, e os homens acabam se saindo com maiores benefícios e oportunidade em relação às meninas e mulheres.

Além disso, os estereótipos de gênero afetam muito o exercício de direito da cidadania e podem encarcerar tanto as meninas quando os meninos no desenvolvimento da sua lucidez. Por outro lado, o gênero é um algo aprendido, ensinam às pessoas as normas de boas convivências, crenças e expectativas sobre a subordinação das mulheres aos homens. Com isso, entende-se que a:

Igualdade de gênero significa que mulheres e homens, meninas e meninos devem desfrutar do mesmo *status* na sociedade; gozam dos mesmos direitos e oportunidades; o mesmo nível de respeito na comunidade, podendo, então, aproveitar as mesmas oportunidades de fazer escolhas sobre suas vidas, e têm o mesmo poder de moldar os resultados dessas escolhas. (UE-PAANE, 2015, p. 10)

Falar da igualdade de gênero não implica que mulheres e homens sejam iguais, até porque a natureza do ser humano e questões biológicas não nos permitem fazer essa comparação. Proporcionar oportunidades e capacidades iguais de ter a liberdade de conduzir as suas vidas, levando em conta a equidade de gênero para evitar possíveis desigualdades deve partir de uma educação para a cidadania, que deveria iniciar no âmbito familiar e prolongar-se para outras esferas que a vida proporciona. Vale dizer que as mulheres têm também suas especificidades.

Do mesmo modo, Gomes (2016) afirma que a categoria de gênero apareceu para mostrar as desigualdade e diferenças sociais construídas nas sociedades ocidentais e nas outras sociedades. Define-o como um termo político acentuado nas relações de poder, sejam eles públicos ou privados entre homens e mulheres. Por outro lado, o transforma em uma ferramenta epistemológica de pesquisa com o objetivo de desconstruir outros saberes.

Segundo o documento UE-PAANE (2015), a falta de oportunidade e o poder de tomada de decisão são algumas das principais barreiras das meninas e mulheres quanto a realização dos seus direitos, bem como quanto à saída dos ciclos de pobreza. Entretanto, o fortalecimento das meninas perante as capacidades de fazer escolhas sobre o seu futuro e desenvolver a autoestima e sua crença na sua própria capacidade de controlar suas vidas seria uma forma estratégica de superação.

Oyěwùmí (2004) relata que as mães, antes de tudo, são esposas. Nessa lógica, na preceptiva africana, é como se não pudesse existir a mãe solteira. A autora elenca que muitas sociedades constroem uma ideologia de dominação da mulher, de ser submissa e esposa, na maternidade. Ela explica que as pesquisadoras feministas se limitam a usar o gênero como uma ferramenta ou arcabouço explicativo para entender subordinação das mulheres no mundo.

Oyèwùmí (2004) critica as teóricas ocidentais feministas por explicar a forma de subordinação da mulher através do gênero como única. Para corroborar com essa questão, Rosaldo (1974, apud OYÈWÙMÍ, 2000, p. 4) exemplifica que:

Em certas sociedades africanas, como a yorubá, as mulheres podem controlar uma boa parte do fornecimento alimentar, acumular dinheiro e comercializar em mercados distantes e importantes; ainda quando se aproximarem de seus maridos, as esposas devem fingir ignorância e obediência, ajoelhando-se para servir aos homens quando eles se sentam.

Mediante o exposto, percebe-se que, além da visão padronizada que explica a subordinação de mulher pelo homem através do gênero, no contexto africano, somos conduzidas a perceber essa subordinação sob outro aspecto. Isto é, não devemos partir da única epistemologia com base no gênero, mas, antes, compreender a dinâmica em que se encontra a sociedade, levando em conta tradições, rituais e credibilidade ao respeito. O fato se explica à medida que existem as sociedades ditas matriarcais, nas quais as mulheres exercem a autoridade de chefe da família e dominam as organizações. Dessa forma, estaríamos equivocadas se partimos da teoria feminista ocidental como forma explicativa da subordinação de mulher na perspectiva da África.

Abordando a mesma temática, Jimi Adesina (2012, p. 206) reitera que:

[...] Mas a matrifocalidade, nos estudos de gênero em África, tem um valor heurístico que vai para além da forma como teorizamos gênero. Ela oferece um quadro analítico que dá sentido a uma gama de outros fenômenos sociais: repensar o quadro de parentesco, como teorizar a “identidade”, etc.

Igualmente o texto da Amadiume, analisado por Adesina, mostra que “em muitas sociedades africanas denominadas patrilineares são as lógicas matrifocais que definem as normas das relações sociais” (AMADIUME, 2005, p. 88, apud ADESINA, 2012, p. 203).

De acordo com o estudo “*Fala di Mindjer*” (As Vozes das Mulheres) (TSF RÁDIO NÓTICIAS, 2018), a mulher, para ser afortunada ou feliz, na sociedade guineense, precisa se casar e construir família, abandonando, de certa forma, ambições sociais e políticas, sendo que os setores de defesa e segurança são considerados como âmbito exclusivo dos cidadãos do sexo masculino.

Afirmo que, na Guiné-Bissau, alguns homens, ou sua maioria, optam por ter uma mulher semianalfabeta ou iletrada, partindo da lógica de que as mulheres com um elevado nível do “capital cultural” tendem a ser uma ameaça para eles. Dessa forma, Amaral (2003, p. 161) afirma que “há uma nítida preferência por mulheres iletradas, sem formação profissional

e não sindicalizadas, porque trazem menos problemas ou, dito de outra maneira, porque são mais facilmente exploradas”.

6.2 MULHER COMO SUJEITO SUBARVERNIZADO DA POLÍTICA GUINEENSE

De acordo com Barros e Semedo (2013), a Guiné-Bissau afirma ser um país democrático com bandeira içada, depois da abertura política em 1991, momento em que foi revista a Constituição da República que culminou com a queda do artigo 4º, que justificava que o PAIGC era força política dirigente da sociedade e do Estado. Por outro lado, foram aprovados, em nove de maio de 1991, a lei quadro dos partidos políticos e o processo de liberalização econômica e adesão da Guiné-Bissau à União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), iniciada em 1987, mas que teve a sua fundação em 1983. Segundo os autores, esse fato é crucial para que a Guiné-Bissau fosse reconhecida pelo mundo como um país em vias de democratização.

Apesar de o país se reconhecer como democrático, a disparidade entre gêneros é muito visível, o que se explica na medida em que a maioria dos lugares de poder e de tomadas de decisões se restringem ao sexo masculino, excluindo a camada feminina dessa hierarquia.

A autora Anne Phillips (2001) afirma que o problema de exclusão política pode ser compreendido no sistema eleitoral, uma vez que pode super-representar certas opiniões e certas pessoas.

Segundo o documento da UNIOGBIS (2016), os indicadores das Nações Unidas antes de escrutínio de 2014 (último pleito realizado no âmbito do nosso recorte temporal), denota que a camada feminina constitui mais do que a metade da população do país, mas só 10% das mulheres estão no seio das decisões políticas. Os homens continuam a estar nos topos das decisões importantes do país.

As mulheres são majoritárias no país, o que implica que perfazem mais votos; mesmo assim, são subalternizadas. O documento da Liga Guineense dos Direitos Humanos (2013/2015) traz dados importantes para entender as disparidades encontradas nas ocupações dos altos cargos administrativos: depois do regime multipartidarismo, em 1994, a simetria de mulheres deputadas de Assembleia Nacional Popular (ANP) nunca ultrapassou 20%. Contudo, no governo liderado pelo Eng. Carlos Correia (de 17 de setembro de 2015 a 12 de maio de 2016), seis mulheres faziam parte da sua composição de governo, entre as quais cinco eram ministras e uma secretária de estado, no âmbito de 32 membros (LGDH, 2013/2015).

Na opinião de Barros e Semedo (2013), a participação política das mulheres guineenses, através dos dados estatísticos e de relatos pessoais, demonstra que, no passado, o espaço das mulheres no mundo e na Guiné-Bissau, em particular, era escasso, exclusivo ao domicílio. Atualmente, com o progresso, a sociedade permite alguma participação das mulheres na vida pública.

Os papéis desempenhados pelas mulheres sofreram grandes rupturas. Com certeza, atualmente, as mulheres não se restringem apenas aos trabalhos domiciliários, mas procuram fazer outras atividades econômicas e extradomésticas.

Todavia, quando se fala da emancipação da mulher na Guiné-Bissau, não se pode deixar por trás a luta da libertação nacional, que foi um dos momentos mais cruciais e de ascensão das mulheres guineenses.

Mediante isso, Barros e Semedo (2013, p. 26) apontam que:

Pode-se dizer que a luta de libertação nacional foi um período de mudança na vida das mulheres guineenses, pois foi um momento em que a perspectiva da camada feminina se alterou: o espaço de ação alargou-se do privado, doméstico para o público; houve a militância política e a participação como guerrilheira e profissional das mais diversas áreas, abrindo-se o caminho para a grande aventura da construção da cidadania das mulheres guineenses.

A partir da análise acima, denota-se que a luta de libertação nacional traz novos horizontes para a história de mulher guineense, na qual ela assume uma nova posição na sociedade, rompendo com as barreiras domiciliar, estendendo, assim, suas atividades para contextos políticos e tomadas de decisões coletivas.

Por outro lado, as mulheres que participaram no ciclo de formação afirmam que a redução da participação de mulheres na política e nas tomadas de decisão reconheceram que muitos ganhos conseguidos durante a luta de libertação e nos primeiros momentos após a independência foram perdidos. Realmente estes ganhos e perdas eram a propósito de alcance da independência, que proporcionava o rigor no cumprimento das tarefas, sendo que todos sabiam que tinham não só direitos, mas também deveres. Ainda afirmaram que a atual atenuação das mulheres na política não se deve à falta da consciência política, mas a uma consciência construída por uma educação familiar em que as sociedades limitam as mulheres por valores culturais e dos aspectos prejudiciais à participação na política (BARROS; SEMEDO, 2013).

Na perspectiva de Duarte (2012, p. 16),

O poder público vê as mulheres, na maioria das vezes, como sujeitos ao espaço doméstico e, ainda, consideradas como identidades relacionadas à maternidade que, muitas das vezes, são fatores que levam as mulheres a serem consideradas como beneficiárias das políticas, mas raramente como sujeitos que protagonizam processos políticos ou processos de transformações.

Em relação à maternidade, “O Livro Verde” de Muammar Al Qathafi⁷ afirma:

A mulher é a dona da casa, pois essa é uma das condições adequadas e necessárias para uma mulher que é menstruada, que concebe e toma conta dos filhos. A mulher é a dona do abrigo da maternidade que é a casa. (QATHAFI, 1975, p. 103)

Essa afirmação machista do Qathafi (1975) reproduz a lógica de que as mulheres nunca devem ocupar os espaços fora da esfera doméstica. Enquanto as mulheres estão lutando para romper as desigualdades sociais, Qathafi (1975), por sua vez, está a incutir na mente dos homens que o lugar das mulheres é a casa, ocupar-se dos filhos. Porque, segundo ele, a natureza lhe concede isso.

Nessa concepção, seria pertinente adotar o gênero como priorização de análise de uma elaboração de políticas públicas para poder entender empiricamente a condição de mulher, ajudando, de certa forma, na desconstrução de preconceitos, discriminações e estereótipos com base no diálogo.

Segundo Gomes (2016, p. 127):

na maioria das conversas que Amílcar Cabral tinha com mulheres e homens das áreas libertadas, se referia ao problema de casamentos forçados e a necessidade de educar as meninas como forma de autonomizar e de torná-las livres para fazerem suas próprias escolhas, tanto no trabalho quanto na vida privada.

Uma educação dos jovens e das meninas em particular deveria ser priorizada, mas com base na meritocracia e nas capacidades individuais.

No dizer de Barros e Semedo (2013), verifica-se uma grande discrepância de restrição entre os homens em face das mulheres, sendo que, na legislatura que antecede a Abertura Política, a representação das mulheres deputadas chegou a atingir 20%, mas caindo logo a seguir para 9%, não voltando mais a esse número quase vinte anos após as primeiras eleições democráticas.

⁷ Muammar Al Qathafi foi um militar, político, ideólogo e ditador líbio, que nasceu em Líbia no dia 7 de junho de 1942, na cidade de Abu Hadi. Foi chefe de estado do seu país entre 1969 e 2011, considerado como um dos melhores líderes africanos.

Outrora, se pôs a culpa na mulher pela sua baixa representação na política, esquecendo que a política exige tempo para quem quer praticá-la. Dessa forma, é óbvio que, pelas duplas funções que a mulher tem nessa sociedade, isso dificultará sua participação na arena política.

De acordo com Miguel e Biroli (2010, p. 169):

O principal constrangimento material à participação política das mulheres, porém, diz respeito ao tempo livre, o que se liga estreitamente à responsabilidade maior, quando não exclusiva, pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com as crianças.

Ainda a propósito, Lawless e Fox (2005, apud MIGUEL; BIROLI, 2010) demonstram que a principal barreira à igualdade entre os sexos nas esferas de decisão política reside na socialização que faz com que as mulheres não se sintam comovidas a ingressar nas disputas eleitorais.

Note-se que a Guiné-Bissau se reconhece como um país democrático, mas apresenta uma ampla desigualdade de gênero na política e em todas as esferas de decisões do poder. Desde o poder legislativo, administrativo e jurídico do país, em que, na sua maioria, a governação se concentra na camada masculina. Embora a Constituição de República, nos seus artigos 24º e 25º, define que “todos os cidadãos são iguais perante a lei e desfrutam dos mesmos direitos e deveres, independentemente de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica” e, ainda, “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todas as esferas da vida, seja ela econômica, política, social e cultural”. Entretanto, essas leis são desacatadas e subvertidas, como podemos observar na análise a seguir:

Na Guiné-Bissau, a participação equilibrada de homens e mulheres nas estruturas de tomada de decisões esteve no cerne da mobilização e organização do movimento libertador e da luta de libertação nacional, elementos hoje que se encontram no cerne do funcionamento da democracia pluralista. Contudo, a dinâmica dos processos políticos e das estruturas de decisão política na formulação de ações públicas têm sido marcadas por uma perspectiva paradoxal, deixando a ideia de retrocesso significativo. Para Gomes (2009, p. 71), no período pós-independência, a posição das mulheres nas instituições políticas e postos de decisão ficou aquém das conquistas da luta e, progressivamente, foi acentuando desigualdades entre os sexos, sobretudo no nível da representatividade nos órgãos de soberania e noutras estruturas governamentais, assim como no setor privado. (GOMES, 2009, apud, BARROS; SEMEDO, 2013, p. 43)

As mulheres mantêm uma presença ativa nas eleições e são pouco consideradas, porém demonstraram as suas responsabilidades de cidadã ao participar em massa nas eleições e ao tomar uma parte ativa nas mesas de assembleia de voto. Mas ainda, pelo forte preconceito e estereótipos ligados às práticas de discriminação, constituem-se grandes barreiras que

impede a maioria das mulheres a participar no processo de governação (LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS, 2013/2015).

Dessa forma, a cultura do patriarcado é muito visível nessa sociedade: “As teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação para este fato na ‘necessidade’ de o macho dominar as mulheres” (SCOTT, 1985, p. 9).

Sendo assim, as mulheres são impactadas pelas práticas como: casamento precoce e forçado, violência doméstica, mutilação genital, abusos e violência sexual, que muitas das vezes são fatores que contribuem para que haja a ausência feminina na esfera pública.

Portanto, seria pertinente implantar as políticas afirmativas voltadas à participação política das mulheres, uma vez que a maior igualdade de gênero contribui para a efetividade econômica e outros recursos essenciais de desenvolvimento nacional, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero e Desenvolvimento (RDMIGD, 2012).

6.3 CONTRIBUTOS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO DA EMPODERAMENTO DAS MULHERES NA GUINÉ-BISSAU

Na perspectiva de Barros (2014), a implementação da sociedade civil na concepção africana remete às análises da esfera pública desde o período pré-colonial até a atualidade, com as suas dinâmicas e específicas diversidades.

Para Barros (2014, p. 37), “a sociedade civil é formada por organizações sem fins lucrativos, de natureza privada, não submetidas ao controlo direto do Estado, com vista a realizar objetivos sociais ou público”. Essas organizações têm como objetivo a ação coletiva, que visa à melhoria de condição de vida da população de certa comunidade ou país, trabalhando, também, para que haja o desenvolvimento socioeconômico.

Barros e Semedo (2013) afirmam que, com a implementação do multipartidarismo no país, que foi fruto de pressões externas e internas num contexto da falência do Estado suportado pelas políticas de ajustamento estrutural, foi a consequência imediata da afirmação e do reconhecimento dos outros autores sociais, enquanto sujeitos de decisões e que lutam pela redução da desigualdade social, política e econômica. Assim, nasce, em 1992, a Associação de Mulheres das Atividades Econômicas (AMAE). Essa rede de mulheres desempenhou, nos anos noventa, um papel crucial na ascensão das mulheres no setor econômico, através de créditos para a produção e comercialização, ainda, conseguiu

coleccionar diferentes mulheres de esferas e estatutos sociais, através da construção de alianças.

Ainda segundo os autores Barros e Semedo (2013), o contributo mais significativo da sociedade civil guineense teve incidência em três polos: primeiro, assegurar os serviços de base (acesso à educação, saúde); segundo, a promoção dos direitos humanos e da cidadania; terceiro, informação, sensibilização e consciencialização (ambiente, conservação, diversificação da produção). Essas associações oferecem oportunidades para as mulheres guineenses se aprimorar e envolver na política, através da participação das atividades por elas organizadas em desempenho dos cargos associativos. Porém, ao participar dessa reflexão quotidiana das associações, as mulheres acabam por se inserir em um processo de educação informal de atividades de organizações e técnicas que contribui para a elaboração e reelaboração das culturas populares e de uma formação para cidadania (BARROS, 2013, p. 62, apud BARROS; SEMEDO, 2013).

Com isso, podemos constatar que:

Uma das mais importantes conquistas dessa fase foi, sem dúvida, a aprovação da lei que visa prevenir, combater e reprimir a excisão (mutilação) genital feminina (Lei Nº 14/2011) que teve um engajamento forte do Comité Nacional Contra as Práticas Nefastas à Mulher e Criança em articulação com a Comissão Especializada da Assembleia para a Mulher e Criança (CEAMC) sob a liderança da deputada Nhima Cissé e a Plataforma Política das Mulheres (PPM), através de realização de eventos de *lobby* e sensibilização junto do governo, comunidades religiosas islâmicas, parlamentares e presidente da república. Um outro exemplo que demonstra o estado do ativismo do movimento das mulheres guineenses foi o trabalho desenvolvido para a existência de uma legislação que sanciona e desencoraja a violência doméstica no país, um processo liderado pela CEAMC em articulação com a Rede Nacional de Luta Contra a Violência no Gênero e na Criança (RENLUV), em fase de finalização para a submissão à mesa da ANP na próxima legislatura. (BARROS; SEMEDO, 2013, p. 62)

Diante do exposto, entendemos que os movimentos sociais têm criado o espírito e possibilitado a influência e reflexão em torno das desigualdades e violação dos direitos de alguns grupos sociais, principalmente das camadas femininas.

Dessa forma, as redes e os movimentos das mulheres têm uma influência, que acaba por concretizar objetivos e atingir metas que vão ao encontro dos seus interesses: influenciar também os processos nacionais e políticos para incluir a participação de mulheres provenientes de organizações das mulheres e ativistas pelos seus direitos, em estrutura de tomada de decisão nacional (BARROS; SEMEDO, 2013).

Também, de acordo com Gomes (2016, p. 138),

A criação da Plataforma Política das Mulheres (PPM), em 2008, traduziu-se numa grande conquista. Foi construída pelo apoio técnico e financeiro das Nações Unidas, na qual a PPM abrange as mulheres dos diferentes partidos, organizações feministas e a organização da sociedade civil.

Da mesma forma, o relatório do ONU analisado pela Isabel Pereira Vicente em 2016 mostra a forma de conquista dos principais desafios, ou melhor dizendo, os objetivos que pretendem alcançar durante o novo milênio.

No ano de 2000, na Cúpula do Milênio, evento promovido pela ONU, as suas quase duzentas mulheres – também nasce em decorrência do comprometimento dessa organização para com as temáticas das mulheres membros presentes assinaram a Declaração do Milênio, na qual foram listados oito objetivos a serem alcançados até 2015. Desses oito objetivos, dois versavam sobre assuntos de gênero, sendo eles a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (terceiro objetivo) e a melhora da saúde das gestantes (quinto objetivo). A criação, em 2010, da ONU Mulheres – entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoeiramento e de Gênero [...]. (VICENTE, 2016, p. 32)

A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) é um dos pactos que mais trata sobre os direitos humanos, particularmente os direitos das mulheres, desenvolvidos a partir do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos da ONU: “Todavia não seja o primeiro acordo que aborda sobre os direitos das mulheres, mas é considerado o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher” (PIMENTEL, 2006, p. 14, apud VICENTE, 2016, p. 32).

Nessa lógica, o CEDAW, enquanto utensílio jurídico e essencial de mulheres, foi aprovado pelo governo da Guiné-Bissau em 1985, de acordo com a Resolução Nº 14/85, publicado no Boletim Oficial Nº 27 de 06 de julho de 1985 e, em 12 de setembro de 2000, o país assinou o protocolo facultativo de CEDAW, que, no dia 28 de fevereiro de 2018, foi revalidado (LGDH, 2010/2012).

Barros (2012, apud BARROS; SEMEDO, 2013, p. 58) enfatiza que:

a visão e abordagem da articulação entre OSC e o Estado não é algo que ainda esteja difundido cordialmente na Guiné-Bissau, essa abordagem sustenta-se pela vulnerabilidade das instituições que ainda são muitos dependentes financeiramente.

Porém, as associações com maiores possibilidades de apoio e permanência no terreno centram o seu apoio nas organizações formais/estatais, particularmente IMC. O cooptação do IMC coloca a um problema muito pertinente na potencialização da participação das mulheres na esfera de decisão e do poder formal, que é a questão econômica. Ainda, a fraca qualidade

econômica são consequências dos baixos níveis acadêmicos das mulheres guineenses, provocado pelo definhamento da evolução positiva dessa categoria social na vida política.

Entretanto, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) abrangem os grupos de mulheres, organizações e meios de comunicações, contudo demonstram a capacidade de ação, ora, faltam-lhes condições estruturais para expressão política e financiamento interno, tudo isso obriga-lhes a serem dependentes da agente doadores (BARROS; SEMEDO, 2013).

Ainda segundo os autores, as mulheres não conseguem empenhar os seus papéis em “controlar” as ações das lideranças que regulamentam, estando em conformidade com aquilo que é exigido pelas regras de governação de Estado de direito. Daí a importância do empoderamento econômico, pois este encaminha as mulheres a mover as suas vidas através de ganhos e confiança nas relações entre homens e mulheres e faz com que elas estejam conectadas com a vida pública/política.

7 METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Para a realização deste projeto, será utilizado o método qualitativo para as coletas e análise de informação. Trata-se do método mais viável para melhorar o processo de análise, uma vez que sua forma se designa em diversas técnicas, entre elas: observações, questionários, entrevistas com as mulheres que já inseriram em cargos administrativos e políticos. Também faremos a história de vida com as mulheres que anteriormente ocuparam tais cargos, no sentido de procurar significados e sentidos das ações e relações entre pessoas ou grupos na qual fazem/faziam parte. Dessa maneira, o método qualitativo busca compreender, através das ações sociais, as personagens e instituições nacionais.

De acordo com as formas de método que serão utilizados, John Creswell (2010, p. 26) enfatiza que:

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

Utilizaremos também o método quantitativo para fazer referência e comparação dos dados estatísticos, a fim de entender a representatividade da figura feminina na política e nos altos cargos administrativos. Esse método também nos ajuda a perceber as desigualdades que se encontram nesses lugares. Segundo Creswell (2010), a pesquisa quantitativa é um meio de comprovação das teorias objetivas. Através dele, se busca examinar a relação entre as variáveis que propõem as medidas típicas dos instrumentos, a fim de que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos.

Vale a pena salientar que o desenvolvimento deste trabalho se centra, em primeiro lugar, na revisão bibliográfica, isto é, livros, revistas e artigos que discutem a temática a ser pesquisada, também serão levantados dados documentais sobre as mulheres candidatas e outras que já assumiram um lugar de destaque na política. Segundo Gil (2010, p. 51), a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Uma parte desta pesquisa será realizada no Brasil, através do levantamento de teorias, e a outra será no setor autônomo (a capital) da Guiné-Bissau, dirigindo-se às mulheres políticas e candidatas,

com ênfase na observação dos comportamentos e respeito a elas dentro do ambiente do trabalho, além de elencar as funções desempenhadas pelas mulheres face aos homens.

A segunda fase se dá através da entrevista focalizada com questionários abertos com a população de Bissau sobre o nível de satisfação das mulheres que ascendem à representatividade política, procurando, junto delas, reflexões à questão de baixa representatividade de figura feminina no contexto político e decisório, que possa, assim, problematizar e identificar os meios para esse problema. De acordo com Gil (2010), essa modalidade de entrevista se dá de uma maneira livre e enfoca na temática no caso quando este se desvia do assunto, esforça-se na sua retomada.

Concomitantemente, faremos maior aproximação com os sujeitos do estudo, procurando escutá-los e não apenas tratá-los como simples objetos de pesquisa, numa relação impessoal e fria. Nesse sentido, o método história de vida nos oportuniza aprender a ouvir o sujeito que vivenciou a situação que se quer estudar, o que implica em tê-lo como um parceiro, como alguém que é ativo no estudo e que reflete sobre sua própria vida. Essa reflexão dos depoentes, que deixam vir à tona aspectos tão particulares, é a diferença primordial que aparece nas categorias de análise. Porém, no transcorrer de uma pesquisa que utiliza o método história de vida, ao chegarmos à fase de análise de dados, ficamos diante de um montante significativo de informações e a necessidade de escolher uma técnica que permita uma análise rica e aprofundada das narrativas, com articulação dos dados concretos a uma fundamentação teórica bem estruturada.

REFERÊNCIAS

ADESINA, Jimi. Práticas da Sociologia Africana: lições de endogeneidade e género na academia. In: SILVA, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. (Orgs). **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas Teóricas e Políticas.**). (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2012.

ALMEIDA, Ana Sofia Carvalho de. **A rádio como instrumento pedagógico de difusão dos Direitos Humanos: a mobilização política da mulher guineense.** Dissertação (Mestrado em Jornalismo, Política e História Contemporânea) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Ciências da Comunicação e da Cultura, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5507/tesesofiaidealmeida_jornalismo_politicaehistoriacontemporanea.pdf?sequence=1>. Acesso: 18 mar. 2018.

AMARAL, Ilídio. Presença da mulher africana ao sul do sara na cultura e na ciência: Questões de género. **Africana Studia**, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n. 6, 2003. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_153.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Género e Desenvolvimento.** Washington: Banco Mundial, 2012.

BARROS, Miguel de. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas.** Bissau: Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau, 2014.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete Costa. **A Participação das Mulheres na política e na tomada de Decisão na Guiné-Bissau da Consciência: percepção a prática política.** Bissau: UNIOGBIS, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17, v. 49, set./dez. 2003.

CHIZIANE, Paulina. Eu, mulher... Por uma nova visão do mundo. **Abril: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, v. 5, n. 10, 2013.

CRESWELL, W. John. **Projeto e pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUARTE, Adelsia de Jesus Mendes Almeida. **Direitos das Mulheres em Cabo Verde (1991-2011): análise a partir do Plano Nacional de Igualdade Equidade de Género.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/299/1/ADELSIA_DUARTE.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GABINETE INTEGRADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ EM GUINÉ-BISSAU (UNIOGBIS). **UNIOGBIS capacita mulheres para uma maior participação na política e esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau.** 2016. Disponível em: <<https://uniogbis.unmissions.org/uniogbis-capacita-mulheres-para-uma-maior>>

-participa% C3%A7% C3%A3o-na-pol% C3%ADtica-e-esferas-de-tomada-de-decis% C3%A3o-na>. Acesso: 15 fev. 2018.

_____. **Violência e discriminação continuam a afetar mulheres da Guiné-Bissau.** 2017. Disponível em: <<https://Uniogbis.Unmissions.Org/Viol% C3%Aancia-E-Discrimina% C3%A7% C3%A3o-Continuam-Afectar-Mulheres-Da-Guin% C3%A9-Bissau>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas 2010.

GOMES, Patrícia Godinho. As Outras Vozes: Percursos femininos, Cultura política e Processos Emancipatórios na Guiné-Bissau. **Revista Odeere**, UESB, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, v. 1, n. 1, p. 121-145, jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/odeere/article/viewFile/5722/5524>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS (LGDH). **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012.** Bissau: LGDH, 2013. Disponível em: <http://www.g_bissau.com/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio-sobre-a-situa% C3%A7ao-dos-direitos-hu-manos-2012-VF.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2013/2015.** Bissau: LGDH, 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5P5g0NZE4ZJT0FySIBEUTN6Rlk/view>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: ver políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Guiné Portuguesa Versus Guiné-Bissau: a Luta da Libertação Nacional e o Projeto de Construção do Estado Guineense. **A Cor das Letras**, UEFS, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/1494/pdf>>. Acesso em 4 mar. 2018.

NOREMBERG, Alessandra; ANTONELLO, Isabelle Pinto. A trajetória feminina na política. In: Seminário Nacional: Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 12, 2016. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14579/3279>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

OYÈWÚMI, Oyèronké. Laços/Ligações Conceituais: Notas Africanas Sobre Epistemologias Feministas. **Signs**, v. 25, n. 4, p. 1093-1098, 2000. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy% C3%A8ronk% C3%A9_oy% C3%A8w% C3%BA mi_-_la% C3%A7os_familiares-liga% C3%A7% C3%B5es_conceituais._notas_africanas_sobre_epistemologias_feministas.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

_____. Conceituando Gênero: os Fundamentos Eurocêntricos dos Conceitos e o Desafio das Epistemologias Africanas. **Codesria Gender Series**, Dakar, Codesria, v. 1, 2004. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy% C3%A8r% C3%B3nk% C3%A9_oy% C4%9Bw% C3%B9m% C3%AD_-_conceitualizando_o_g% C3>

%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAtrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

QATHAFI, Muammar. **O livro verde**. Ridendo Castigat Mores, 1975. Disponível em: <<http://thegreenbook.eu/olivroverde.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéia de uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso: 18 mar. 2018.

PROGRAMA DE APOIO AOS ATORES NÃO ESTATAIS - UNIÃO EUROPEIA (UE-PAANE). **Manual de Igualdade Equidade de Gênero**. Bissau: UE, 2015. Disponível em: <http://www.ue-paane.org/files/4314/6056/6939/17_Manual_Igualdade_e_Equidade_de_genero.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996. Disponível em: <<http://www.anpguinebissau.org/leis/constituicao/constituicaoquine.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. **DH Net**, 1985. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>. Acesso em: 8 fev. 2018.

SUCUMA, Arnaldo. Breve Histórico sobre a Construção do Estado da Guiné-Bissau. **Cadernos de História UFPE**, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, v. 9, n. 9, p. 129-144, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/download/110099/22012>> Acesso em: 24 abr. 2018.

TSF RÁDIO NOTÍCIAS. **Mulheres guineenses são marginalizadas na tomada de decisões-estudo**. 2018. Disponível em: <<https://www.tsf.pt/lusa/interior/mulheres-guineenses-sao-marginalizadas-na-tomada-de-decisoes---estudo-9204086.html>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

UNMÜBIG, Barbara. **Política de gênero faz a diferença: o futuro da política feminista e da democracia de gênero na Fundação Heinrich Böll**. Berlim: Heinrich Böll Stiftung, 2007. Disponível em: <[https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/Politica_de_genero_faz_a_diferenca_-_hbs_position_paper\(2\).pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/Politica_de_genero_faz_a_diferenca_-_hbs_position_paper(2).pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2018.

VICENTE, Isabel Pereira. **A convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW) e a medidas adotadas pelo Brasil para garantir sua efetivação**. Monografia (Graduação em Relações Interacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174600/Monografia%20da%20%20Isabella.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 abr. 2018.